

A CONSTRUÇÃO ACADÊMICA DA CIÊNCIA POLÍTICA EM MOÇAMBIQUE: FORMAÇÃO E PERFIL¹

THE ACADEMIC CONSTRUCTION OF POLITICAL SCIENCE IN MOZAMBIQUE: TRAINING AND PROFILE

Kátia Sara Henriques Xavier-Zeca²

RESUMO

O artigo é parte de uma pesquisa exploratória sobre a *Construção acadêmica da Ciência Política em Moçambique: Formação e perfil* embasado nos contributos das Instituições de Ensino Superior e Instituições de pesquisa. O objetivo é mapear como o conhecimento em torno da Ciência Política foi construído em um país do Sul global, onde a primeira instituição de Ensino Superior tem pouco mais de 50 anos. Em termos metodológicos partiu-se de uma abordagem de revisão sistemática da literatura e dos dados existentes sobre as teses em Ciência Política. Pode-se concluir que o desenvolvimento da disciplina dá-se ao mesmo tempo em que inicia o processo de democratização. Os seus estudos são muito marcados com a necessidade de tentar perceber a participação do eleitorado nas eleições gerais.

Palavras-chaves: Conhecimento; Ciência Política; Moçambique.

ABSTRACT

The article is part of an exploratory research on the Academic Construction of Political Science in Mozambique: Formation and profile based on the contributions of the Higher Education Institutions and Research Institutions. The objective is to map how the knowledge around Science was built in a global south country, where the first higher education institution is just over 50 years old. In methodological terms, it was based on a systematic review approach to the literature and existing data on theses in political science. It can be concluded that the development of the discipline occurs at the same time as the democratization process begins. His studies are very marked with the need to try to understand the participation of the electorate in the general elections.

Keywords: Knowledge; Political science; Mozambique.

¹ Artigo escrito em português de Moçambique.

² Atualmente é doutoranda no Programa de em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Desenvolvimento e Cooperação Internacional e Licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais. Faz parte do grupo de pesquisa Processos Participativos na Gestão Pública. E-mail: ksarahxavier@gmail.com

INTRODUÇÃO

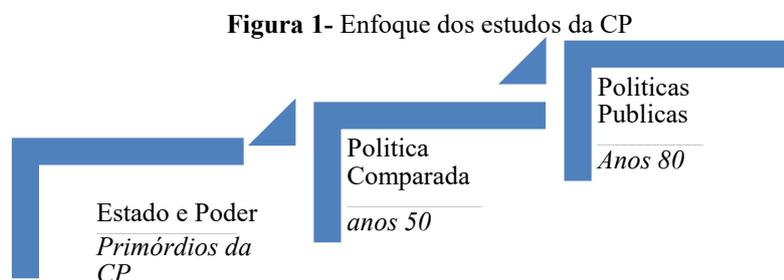
Definir e descrever a evolução da Ciência Política (CP) não é tarefa fácil, pois está relacionada a outras disciplinas como a filosofia política, história das doutrinas e do pensamento político, Direito Constitucional ou ainda a sociologia política. A sua definição é contínua e caracterizada pela constante redefinição do seu objeto de estudo. Podendo ainda se referir que a CP acompanha as fases de desenvolvimento e organização da Comunidade Mundial Ocidental, da cidade Estado Grega aos processos de unificação supranacional. O seu objeto de estudo desde Aristóteles sempre foi o Poder. O Estado e o Poder são alguns dos tópicos que atravessam as perspectivas de análises mesmo em tempos mais longínquos quando se fala, e pensa, na Ciência Política. Deste modo, não se pode negar o contributo dos primórdios da CP quando os analogistas clássicos, como Maquiavel ou Hobbes, tentavam pesquisar e entender a ordem política. Abordando sobre o problema de controlar o poder, dentro das fronteiras definidas, ou quando se falava de um Estado pluralista (Locke) ou Democrático de Tocqueville (PASQUINO, 1996).

213

Neste sentido, aparta-se que a CP, como ciência, é tão antiga quanto os seus questionamentos e ideias de pesquisa, e remontam a antiguidade. Mesmo tendo se institucionalizado no século XX, deve-se retomar os estudos passados para entender onde se está, de onde veio, e para onde caminha. Pois a ciência não é estática, mas encontra-se em constante mutação e evolução, tentando responder aos constantes desafios que a cada momento histórico terá de enfrentar.

Nos anos 50 a CP tinha um peso marcadamente eurocêntrico descritivo e formalista, onde os estudos centravam-se em torno das grandes democracias (Grã-Bretanha, Estados- Unidos, Alemanha e França). Neste período, Almond e Powell (1966) começam a apresentar os seus estudos em política comparada e a ganhar relevância nos estudos da CP. Os seus estudos são pioneiros no que concerne a questão da política comparada. Pasquino (1996), durante os anos 50 desenvolveu pesquisas com grande ênfase na política comparada, com destaque na pesquisa sobre partidos políticos, burocracia, sindicatos e processos de tomada de decisão.

Pasquino (1996) faz menção à introdução da quantificação nos estudos sobre comportamento político, que começam a merecer algum interesse de pesquisa, passando a ter um enfoque na observação participante, entrevistas e estudos de opinião na recolha de dados, abrindo campo para análise das políticas públicas que começaram a emergir nos anos 80, como um campo de análise. Este novo núcleo de estudo passou a centrar-se nos processos de tomadas de decisão (figura 1).



Fonte: elaborado pela autora

Há um reforço muito grande sobre a relevância dos resultados empíricos, porém nas ciências sociais e políticas, o resultado pode ser atingido por outras técnicas que permitem também ter uma visão da realidade ou sobre a situação prevalecente. Sem descuidar da relevância da observação para geração de novas linhas de pesquisa. Tem havido o debate sobre se as Ciências Sociais, que deveriam usar, exclusivamente, a pesquisa qualitativa. Na atual dinâmica, e com o desenvolvimento das tecnologias de informação, e sua incorporação nas pesquisas, os modelos mistos que combinem o quantitativo e qualitativo tem ganhado campo de análise, contribuindo deste modo para ampliação dos métodos de recolha de informação.

A construção do saber tem por base o entendimento da ciência e do conhecimento como primordiais nesse processo. Ao pensar na construção da Ciência Política, como amplo campo de conhecimento em Moçambique, e pesquisa, requer pensar no próprio processo do Estado Multipartidário; é neste contexto que começam a emergir as pesquisas e centram-se a maior parte das pesquisas em torno da Ciência política (CP). Pensar a Ciência Política está intrinsecamente correlacionado ao processo de democratização do país, este processo alia-se a

um contexto complexo marcado por um conjunto de desafios que a transição democrática da chamada terceira onda de democratização impôs para os Estados a nível global, regional e nacional.

A crítica de Lowi (1994) é bastante atual, não só com a realidade brasileira, mas no campo da Ciência Política num todo, como subcampo de análise e reflexão sobre os factos sociais. A necessidade existente de uma abordagem que remeta aos clássicos transforma as pesquisas e interesses na Ciência Política de cada sociedade como irrelevantes. Há uma necessidade de retorno e reavaliação dos fenômenos políticos como um todo, sem descurar a sociedade em que se insere o pensamento em causa. Verifica-se em termos gerais uma apropriação ou afastamento daquilo que poderia ser considerado ideal, um distanciamento ou apropriação excessiva daquilo que se considera leitura obrigatória da Ciência Política, ou preocupação com o que acontece em determinado momento, deixando parte de maior aprofundamento em questões de relevância para esta área de estudo. Não se trata de trazer novas abordagens, mas de com base nas experiências pré-existentes que seja feita uma análise para cada realidade política e social.

Os contextos em que os países vivem em certa medida influenciam as pesquisas que emergem os estudos em torno da Ciência Política. Como aconteceu no caso da CP americana, desenvolvida com base nas suas vivências, o que levou Lowi (1994) a defender que esta tenha um cunho marcadamente americano, ou no caso do português, muito influenciado pela Revolução dos Cravos, 25 de Abril, que levou o país a um processo democrático, criando o interesse em alguns pesquisadores em torno dos aspetos democráticos (PINTO, 2011); ou ainda, o caso brasileiro influenciado pelo golpe de 1964, onde os cientistas políticos indagaram sobre vários aspetos como referem Keinert e Silva (2010), que “compreender as razões ligadas à emergência do autoritarismo e, de outro, a de delinear uma plataforma política que pudesse orientar a recomposição do regime democrático no Brasil”. Os cientistas políticos criam e pensam as suas sociedades em momentos de rupturas ou de conturbação política nacional.

Em termos metodológicos, o artigo centra-se no contributo dado por algumas instituições de pesquisa nacional (Instituto de Estudos Sociais e Económicos-IESE; Mulher e

lei na África Austral (Moçambique) -WLSA³ e Centro de Pesquisa para Governação e Desenvolvimento- CPGD), bem como instituições de ensino superior (IES) (Universidade Eduardo Mondlane-UEM; Universidade Joaquim Chissano-UJC e Universidade Católica de Moçambique-UCM). Pelo fato da autora estar desenvolvendo sua pesquisa no Brasil, e este ser um dos países que tem contribuído na formação dos cientistas políticos, incluem-se aqui as pesquisas em torno da CP no Brasil, com recurso a informação disponível no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Realçar que a nível nacional tem se verificado na atualidade a disseminação de diversas entidades da sociedade civil, que tem contribuído para pensar sobre os aspetos políticos, mas que não se incluem como objeto de estudo neste artigo.

Desta forma o artigo terá duas partes, a primeira parte pretende descurar em torno da Ciência Política enquanto Ciência, e em seguida apresentam-se as pesquisas que fundamentam o surgimento das pesquisas em CP em Moçambique, e por fim as considerações finais. O artigo foca, especialmente, os aspectos institucionais do processo de delimitação da Ciência Política em Moçambique, com enfoque em que os mesmos dão quando abordam e pensam a Ciência Política.

2. CONTEXTUALIZANDO OS ESTUDOS DA CIÊNCIA POLÍTICA EM MOÇAMBIQUE

Verifica-se, atualmente, um significativo interesse em estudos acadêmicos e pesquisa de base encomendadas por instituições da sociedade civil sobre o desinteresse pela política, bem como a decrescente participação política, sobretudo em processos eleitorais (FEDDERSEN; SANDRONI, 2006; KUENZI; LAMBRIGHT, 2010). Alguns autores têm contribuído para os estudos sobre o Estado em África sobre várias perspectivas e experiências vivenciadas. Bratton (1994, 2013; 2005), Gyimah-Boadi (2005; 2012) e Shaapera (2012, 2015) explicaram o fenômeno de transição e democratização, bem como a percepção cidadã, sobre o papel das instituições democráticas em alguns países da África. O interesse em questões sociais e direitos políticos surge nos analistas científicos quase 30 anos após as independências, por

³ Do inglês *Women Law in Southern Africa*.

volta da primeira década do século XXI. Aspectos como associações cívicas, economia informal, protestos nas ruas e emergência de oposição política começam a ganhar força e relevo em algumas sociedades (BRATTON, 2013).

Esta perspectiva interlaça-se com o momento em que os estudos sobre participação política começam a emergir em Moçambique, tanto como disciplina nas instituições de Ensino Superior (IES), cursos, ou como interesse de pesquisa nas instituições de pesquisa (IP) no início do século XXI. Shaapera (2017) discute algumas concepções do Estado, desde a emergência, o propósito e funções do Estado, usando como exemplo o caso da Nigéria; um aspecto a reforçar é que o autor defende a necessidade de pensar o Estado tendo em conta a satisfação das necessidades básicas, tal como encontramos em Sen (2000) e Inglehart e Welzel (2009). Esta perspectiva torna-se relevante, pois alguns desses Estados emergem nos seus processos de democratização num período em que se encontra no cerne o debate sobre o desenvolvimento e as capacidades do indivíduo. Shaapera (2012) defende ainda que o Estado, no Terceiro Mundo, deve ser pensando tendo em conta as necessidades básicas do homem, onde o principal objetivo é o acesso a infraestrutura, facilidades como o acesso à água potável, bens e serviços, redes de transporte e comunicações, energia regular, casas seguras e de qualidade e acesso à saúde e educação de qualidade. Estas são preocupações de um Estado específico, mas com alguma similaridade em outros Estados africanos, como o do caso em estudo.

Em Moçambique muitas são as pesquisas desenvolvidas pelo Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE), onde diversos temas analisados estão relacionados ao comportamento político, participação política, abstenção, descentralização ou ainda as instituições do poder político, de extrema importância para pensar o Estado em Moçambique (BRITO, 2007, 2017, 2011). Entre os pioneiros nos estudos sobre participação em processos eleitorais, em Moçambique, o destaque vai para o acadêmico, primeiro presidente da CNE (1994) e antigo director do Centro de Estudos de Democracia e Desenvolvimento de Moçambique (CEDE), Brazão Mazula, numa das suas publicações de 2006, este acadêmico procurou estudar os fenômenos que poderiam estar na base da fraca participação política ao longo dos processos eleitorais em Moçambique, tendo em conta que cerca de 60% da população não exerceu o seu poder de voto nas eleições gerais de 2004.

Antes deste estudo, apresentando por Brazão Mazula, e publicado pelo Centro de CEDE em 2006, o sociólogo e investigador do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, em Moçambique, Carlos Serra, coordenou uma publicação sobre a “Crescente Abstenção nas Eleições Autárquicas de 1998” que foi publicada em 1999. Quase uma década depois, o Cientista Político Moçambicano, Luís de Brito publicou o estudo sobre “Mapeamento da Evolução da Abstenção em alguns Estados da Região da África Austral, focalizando na Evolução da Abstenção em Moçambique: Possíveis Motivações da Abstenção”, em 2008. Para além desses estudos aqui mencionados, outros estudos relevantes foram publicados por moçambicanos e estrangeiros, sobre a questão da participação política em processos eleitorais, no território moçambicano, como se pode constatar no quadro 1, com um descritivo evolutivo sobre as pesquisas eleitorais.

Quadro 1- Estado da Arte sobre o debate Eleitoral em Moçambique

Autor/coordenador	Principais Abordagens	Publicação
Serra, Carlos (dir)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Crescente Abstenção nas Eleições Autárquicas de 1998 	1999
Brito	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estudo que relaciona a fraude com as abstenções nas eleições gerais de 2004 	2004
Mazula <i>et al.</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estudar as abstenções de modo a evitar situações idênticas no futuro. ▪ Estudar os fenômenos que poderiam estar na base da fraca participação política ao longo dos processos eleitorais. 	2006
Brito	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mapeamento da evolução da abstenção em alguns países da África Austral, focalizando na evolução da abstenção em Moçambique. ▪ Possíveis motivações da abstenção 	2008
Bratton	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entre 1990/1993 um largo número de países respondeu as demandas nacionais e internacionais em tornarem-se competitivos em termos eleitorais através da realização de eleições ▪ Transições em África, em certa medida problemáticas e algumas resultam em democracias e outras falham. ▪ Emergência de regimes democráticos frágeis 	1994
Kuenzi e Lambright	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relação entre a participação política com as variáveis demográficas. 	2011

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Várias razões que levam as pessoas as urnas, preferências partidárias, variáveis demográficas (gênero, idade, renda, educação, zona rural ou urbana). 	
Ghirardi e Gross Cunha	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Individualismo nas suas análises como uma das características da pós modernidade. ▪ A abstenção não é um fenômeno novo nem exclusivo de países africanos, França, Brasil (onde as eleições são obrigatórias) e nos EUA tem também vivido algumas variações no índice de abstenção dos eleitores. 	2013
Shapeera	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Teoria das necessidades básicas de Amartya Sen como uma das formas de ver a política na Nigéria e outros países em vias de desenvolvimento ▪ O Estado deve ser menos filosófico e mais realista com políticas. 	2017

Fonte: elaborado pela autora

Fonte: elaborado pela autora

O quadro 1 descreve, de forma resumida, algumas linhas que têm norteado as pesquisas eleitorais nas perspectivas de alguns autores em Moçambique e estrangeiro, sobre a participação política nos processos eleitorais e suas implicações para a democratização. Para além da realidade de Moçambique, são apresentados os panoramas de outros Estados da África. Nas pesquisas sobre Moçambique há um ponto dominante no que concerne a questão das abstenções; enquanto que para outros Estados o debate concentra-se na questão da formação do Estado e os aspetos sobre as transições democráticas. O estudo sobre a Ciência Política em contextos do Sul global como Moçambique está ainda numa fase de emergência e desenvolvimento. Num Estado onde a primeira instituição de Ensino Superior (IES) foi fundada em 1962⁴, grandes desafios em torno da pesquisa estão por ser ultrapassados. A construção do conhecimento científico, no contexto da academia universitária local, em Moçambique,

⁴ A Universidade Eduardo Mondlane (UEM) é uma instituição pública e a mais antiga instituição de ensino superior em Moçambique. Foi fundada no dia 21 de Agosto de 1962, sob a designação de Estudos Gerais Universitários de Moçambique. Em 1968, ascendeu à categoria de Universidade, sendo então designada por Universidade de Lourenço Marques. A 1 de Maio de 1976, o Presidente Samora Moisés Machel atribuiu a esta Instituição o nome de Universidade Eduardo Mondlane, em homenagem ao relevante papel histórico representado em Moçambique pelo Doutor Eduardo Chivambo Mondlane. Disponível em: <https://www.uem.mz/index.php/sobre-a-uem/historial>, acesso em 1 de Agosto de 2019.

remonta a década de 1960. Um dos marcos importante é a tese doutoral de Eduardo Mondlane defendida na década de 1960, em Antropologia, nos Estados Unidos da América.

Das teses escritas por moçambicanos e sobre Moçambique, desde os anos 1960, algumas ressalvas podem ser feitas. Durante o período de 1960 a 2013⁵, cerca de 535 teses doutorais foram defendidas por moçambicanos, e 544 foram escritas por estrangeiros sobre Moçambique. Em termos de Universidades onde foram realizadas as pesquisas destacam-se os seguintes países: Austrália, Espanha, Estados Unidos da América, Itália, Inglaterra Alemanha, Rússia, França, Brasil, África do Sul, Eslováquia, Suécia, Japão, Cuba e Áustria, onde o maior número de teses foi produzido em universidades do Reino Unido, Alemanha, África do Sul, Brasil e Portugal. Importa referir que as pesquisas efetuadas em IES brasileiras ganham mais força nos anos 2000 em finais do governo de Fernando Henriques Cardoso, e no início do Governo de Luís Inácio Lula da Silva em 2003, muito marcado pela sua política externa de aproximação a África (GERDES, 2013).

De acordo com o quadro 2 há que destacar que destas teses apenas oito foram defendidas em Universidades moçambicanas. Das várias áreas de conhecimento – administração, engenharia, agricultura, economia, arte, ciências da comunicação, educação, medicina, linguística e literatura, direito, matemática, ciências naturais, religião, educação física e medicina veterinária – em que foram escritas as teses nesse período dentro da área de ciências sociais, apenas 15 são em Ciência Política (GERDES, 2013). Fundamentando desta forma a necessidade de pretender contribuir mais com as pesquisas em Ciência Política em Moçambique.

⁵ Importa referir que esta informação resulta da compilação de um trabalho feito por Gerdes, e que infelizmente não nos foi possível ter acesso a versões mais atualizadas e neste momento o número de Teses aumentou. Contudo a fonte só disponibiliza dados até ao momento em que foi publicada a referida obra, 2013.

Quadro 2 – Teses Defendidas Por Moçambicanos de 1960 a 2013

Designação	Quantidade
Teses Doutorais	535
Teses Defendidas em Universidades Moçambicanas	8
Teses na Área de Ciência Política	15

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados de Gerdes (2013)

As pesquisas em torno da Ciência Política em Moçambique estão também associadas ao momento de democratização do País. Desde a criação de cursos, ou mesmo a introdução da Ciência Política em disciplinas, ou ainda como foco de interesse para instituições de pesquisa (IP). Aliados ao fato de ser uma jovem democracia que enfrenta desafios os estudos sobre participação política e democracia em Moçambique são dispersos. Contudo podem-se apontar os estudos realizados por alguns centros de pesquisa como o Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE), Centro de Pesquisa para Governança e Desenvolvimento (CPGD), Mulher e Lei na África Austral (WLSA), que vão questionando a participação política decrescente que vem aumentando eleição após eleição, ou ainda estudos sobre a representatividade política entre homens e mulheres.

De acordo com o levantamento elaborado por Gerdes⁶ (2013) pode-se concluir que maior parte dos cientistas políticos fez a sua formação na Europa e América Latina, no primeiro caso com destaque para França e Reino Unido, e no segundo caso no Brasil. O que facilmente se pode concluir que o pensamento e as pesquisas que vão se desenvolver tem influências da escola Europeia e Latino Americana (quadro 3).

⁶ Importa realçar que o levantamento é de responsabilidade da autora, pois de acordo com a informação disponibilizada as teses estão agrupadas de acordo com as grandes áreas. Contudo com base noutra pesquisa com base nos títulos e verificação da titulação dos autores conclui-se que as mesmas sejam em Ciência Política.

Quadro 3 - Teses em CP de 1960 a 2011⁷

Ordem	Nome	Ano	Universidade	País	Continente
1	Luís Manuel Cerqueira de Brito	1991	Université de Paris 8	França	Europa
2	João Paulo Constantino Borges Coelho (1955-)	1993	University of Bradford	Reino Unido	Europa
3	José Pedro de Andrade Barroso	1997	Warsaw University	Polônia	Europa
4	José Jaime Macuane	2000	Instituto Universitário de Pesquisas, Rio do Janeiro	Brasil	América Latina
5	João Nabote Chuaio	2002	Universität Leipzig	Alemanha	Europa
6	Luís Tomás Domingos	2002	Université de Paris 8	França	Europa
7	José Mário Magode	2003	Université de Lyon 2 – Lumière,	França	Europa
8	Eduardo Júlio Siteo	2004	University of Essex, UK	Reino unido	Europa
9	Salvador Cadete Forquilha	2006	Université Bordeaux	França	Europa
10	Sérgio Inácio Chichava	2007	Université Bordeaux	França	Europa
11	Iraê Baptista Lundin	2007	Goteborgs Universitet, Sweden	Suécia	Europa
12	João Cândido Graziano Pereira	2008	University of Cape Town (UCT)	África do Sul	África
13	Guilherme Basílio	2010	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP)	Brasil	América Latina
14	Hilário Simões Cau	2011	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Brasil	América Latina
15	António Pedro José Machohe	2011	Erasmus Universiteit, Rotterdam, Netherlands	Erasmus Universiteit, Rotterdam, Netherlands	Europa

222

Fonte: elaborado pela autora

Pesquisas recentes têm dado ênfase à questão da democratização tendo em conta a questão da influência da polarização entre a FRELIMO e a RENAMO para a consolidação da democracia em Moçambique (CUCO, 2016). Devendo ainda realçar outros estudos que relacionam a formação do Estado Moçambicano (CAU, 2011) a diversos níveis mesmo num

⁷ Na obra de Gerdes (2013) não se especificasse as Teses são de CP, mas sim da grande área Ciências Sociais. De acordo com os temas e pesquisa no currículo de alguns autores conclui-se que as teses em questão são em Ciência Política. Sendo deste modo responsabilidade da autora do artigo.

contexto onde impera a cultura do medo conforme defende Zeca (2018), quando apresenta aspectos relacionados ao acesso a informação. As pesquisas e necessidades de entender o Estado, e os processos em si, indagam os pesquisadores moçambicanos. As pesquisas nas IES podem ser agrupadas tendo em conta três fontes: os trabalhos de conclusão de licenciatura, as dissertações de mestrados e as teses de doutorado. Quando realçamos as abordagens, temos em conta a produção de conhecimento a estes três níveis de fontes.

As abordagens ao nível das IES gravitam em torno das relações de poder, estudos sobre as instituições, opinião pública, sistemas eleitorais ou partidos políticos. Outro aspecto a ter em conta é que no caso de algumas instituições o curso de CP ficou descontinuado tendo tido apenas uma edição (Universidade Apolitécnica). Para além dos estudos darem-se em instituições de ensino, paralelamente, outras pesquisas sobre Ciência Política são discutidas em disciplinas, é o que acontece na Universidade Joaquim Chissano (UJC), onde nos cursos de Relações Internacionais e Diplomacia e Administração Pública é lecionada a disciplina de Ciência Política desde 2009, tendo em conta o conjunto de dados apresentados no quadro 4.

Quadro 4– Estudos de Ciência Política em Moçambique nas Instituições de Ensino Superior (IES)

Instituições de Ensino Superior	Designação do Curso	Como Disciplina	Abordagem	Ano
Universidade Eduardo Mondlane (UEM)	Ciência Política	-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instituições ▪ Comportamento eleitoral e opinião pública ▪ Políticas Públicas ▪ Sistemas eleitorais 	2007
Universidade JeanPiant de Moçambique- (UniPiaget)	Ciência Política	-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Teoria Democrática e Democracia ▪ Partidos Políticos e Sistema Eleitoral ▪ Opinião pública e cultura política. 	a)
Instituto Superior de Ciências Alberto Chipande- (ISCTAC)	Ciências Políticas e Sociais		a) ⁸	2009

⁸ Sem informação no momento.

Universidade Católica de Moçambique-(UCM)	C Ciência Política e Relações Internacionais	-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sistemas Eleitorais ▪ Instituições ▪ Transições 	2012
Universidade Politécnica-Apolitécnica	Ciência Política	-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instituições ▪ Teoria Democrática 	2010
Universidade Joaquim Chissano (UJC)	-	Ciência Política	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estado ▪ Instituições Políticas 	2010

Fonte: elaborado pela autora

As abordagens das instituições de pesquisa (IP) gravitam em torno das relações de poder e representatividade do poder político. Onde existe a necessidade de perceber a representatividade política entre homens e mulheres, WLSA, ou ainda o interesse em torno da opinião pública, instituições políticas e do poder e comportamento eleitoral, IESE e CPGD. Em relação as suas fontes de pesquisa, tanto o IESE como o WLSA, recorrem à realização de questionários enquanto que o CPGD tem privilegiado o uso dos dados do *Afrobarometer*, de acordo com os dados patentes no quadro 5. Em suma pode-se concluir que as pesquisas em Ciência Política tanto ao nível das IES como IP, emergem com grande destaque a partir dos anos 2000, estando ainda numa fase bastante embrionária e que tende a evoluir ao longo dos anos. Quando comparado com outros Estados como França, Brasil, África do Sul entre outros (quadro 5).

Quadro 5- Mapeando os Estudos da Ciência Política em Moçambique em IP

Instituições de Pesquisa	Abordagem	Ano	Metodologia
Instituto de Estudos Sociais e Econômicos-IESE	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instituições ▪ Comportamento político 	2003	Pesquisas de opinião Inquéritos aos eleitores
Mulher e lei na África Austral (Moçambique)-WLSA ⁹	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gênero e Participação política ▪ Gênero e democracia 	2004	Pesquisa e inquéritos aos eleitores

⁹ Do inglês *Women Law in Southern Africa*.

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Participação Política e representação de mulheres e homens ▪ Participação em contexto eleitoral ▪ Direitos humanos 		
Centro de Pesquisa para Governança e Desenvolvimento- CPGD	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Opinião e confiança nas Instituições ▪ Qualidade da democracia 	2012	Dados do <i>Afrobarometer</i>

Fonte: Elaborado pela Autora

Através de uma pesquisa no portal da CAPES (2019a), foi possível obter informação sobre pesquisas que gravitam em torno de Moçambique no Brasil, efetuadas por moçambicanos e não só. A palavra chave da busca foi *Moçambique*, no sentido de mapear as pesquisas que façam menção ao país. Entre 1996 e 2018 foram defendidas 1153 teses e dissertações em instituições de ensino brasileiras que incluem no seu tópico, Moçambique. Deste número, 381 foram teses nas diversas grandes áreas definidas pela CAPES¹⁰. Na área de Ciências Humanas foram defendidas 160 teses, das quais 8 em Ciência Política, e 6 por estudantes moçambicanos, de acordo com os dados patentados no quadro 6.

Quadro 6 – Teses e Dissertações Defendidas no Brasil sobre Moçambique

Distribuição das Teses e Dissertações Defendidas Por Moçambicanos no Brasil	
Designação	Quantidade
Teses e Dissertações Sobre Moçambique	1.206
Teses Sobre Moçambique	381
Dissertações Sobre Moçambique	772
Teses na Área de Ciências Humanas Sobre Moçambique	160
Teses na Área de Ciência Política Sobre Moçambique	8

Fonte: elaborado pela autora

¹⁰ A organização das Áreas do Conhecimento abrange nove grandes áreas nas quais se distribuem as 48 áreas de avaliação da CAPES. As grandes áreas da CAPES são: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Agrárias, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes, Multidisciplinar (CAPES, 2019b).

Os estudos em CP, que tem como tópicos da pesquisa Moçambique começaram a ganhar mais força nos anos 2000 e concentram-se em duas universidades: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), onde os tópicos vão desde a formação do Estado, aos processos de democratização e a governação local (quadro 7).

Quadro 7– Teses em Ciência Política no Brasil

Autor/Ano	Tema	Instituição
Macuane (2000)	Instituições e Democratização no Contexto Africano: Multipartidarismo e Organização Legislativa em Moçambique (1994-1999)	IUPERJ
Cau (2011)	A construção do Estado em Moçambique e as Relações com o Brasil	UFRGS
Conceição (2015)	Implicações Políticas da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento de Moçambique: a Solidariedade Socialista, a Trajetória Tradicional do Norte e a Experiência Emergente do Sul (1975-2013)	UERJ
Cuco (2016)	Caminhos e Descaminhos do Processo de Democratização de Moçambique: Democratização Pacífica ou uma Trégua Tensa?	UFRGS
Menete (2018)	A Implementação de Políticas Públicas de Redução da Pobreza em Moçambique: o Caso do FDD e PSSB (2006 a 2017)	UFRGS
Bilério (2018)	Dinâmica da <i>Accountability</i> no Contexto da Governação Local em Moçambique Entre 1998-2016: Um Estudo dos Municípios da Matola e Beira	UERJ

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da Capes (2019)

No sentido de perceber o que se tem pesquisado no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da UFRGS e os temas que abordem o estudo de caso concreto de Moçambique fez-se um levantamento na base de dados que comporta informação de 1977 a maio de 2019. Os dados indicam que apenas 3% (15 trabalhos entre teses e dissertações) foram defendidos abordando questões diversas sobre África. E quando se analisa os países, 0,8% (4) são referentes a Teses e apenas 0,2% (1) correspondente a Dissertação sobre Moçambique, por sua vez escritos por autores moçambicanos, como se pode constatar no quadro 8.

Quadro 8 – Teses e Dissertações na UFRGS

Distribuição das Teses e Dissertações Defendidas Por Moçambicanos na UFRGS	
Designação	Quantidade
Teses e Dissertações Defendidas no PPGCP	530
Temas Sobre África	15
Temas Sobre Moçambique	4

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do PPGCP (2019).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre a CP, como ciência, em vários momentos foi ganhando pertinência, seja nos EUA ou na Europa. Inegável será referenciar a importância que tanto a Europa e os EUA tiveram no surgimento e instauração da CP como Ciência. Contudo, o seu estudo verificase em outras realidades do Sul global, pese embora com menos intensidade em termos de pesquisas e pluralidade de instituições de pesquisa para o efeito. As pesquisas sobre Ciência Política com enfoque em Moçambique, seja no Brasil ou na UFRGS, apesar de baixas, tem se verificado um aumento de estudantes que se tem deslocado para fazer as suas pesquisas na área.

Os estudos em torno da CP em Moçambique são ainda incipientes e estão em construção. Num país em que as instituições democráticas emergem em início dos anos 90, as pesquisas em torno da CP estão muito correlacionadas ao processo de democratização do país. Apesar de baixas as pesquisas, não quer isto dizer que as mesmas não existam. Porém encontra-se em desenvolvimento num país que vive um momento de avanços e retrocessos em torno das instituições democráticas. É importante realçar o papel das instituições de pesquisa (IESE, WLSA, CPGD e outras) na disseminação e contribuição em torno destas, bem como IES no processo de ensino (Universidade Eduardo Mondlane, Universidade Joaquim Chissano, Universidade Católica de Moçambique entre outras).

O processo de institucionalização, profissionalização, definição disciplinar e constituição da Ciência Política, como sendo um dos ramos mais antigos e consolidados das ciências sociais, ocorre em Moçambique a partir dos anos 90. Pode-se concluir que os estudos sobre a CP, em Moçambique, enquadram-se nas seguintes perspectivas: instituições, partidos políticos, sistema

eleitoral e o comportamento eleitoral. Verifica-se ainda uma preocupação cada vez maior sobre a temática da participação política em várias perspectivas. Os cientistas políticos são influenciados pelas escolas onde obtiveram sua formação: América latina e Europa.

REFERÊNCIAS

BRATTON, Michael. Civil society and political transition in africa. **IDR Reports**, v. 11, n. 6, p. 1–21, 1994.

BRATTON, Michael (ED.). Voting and Democratic Citizenship in Africa: an Overview. In: **Voting and Democratic Citizenship in Africa**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2013.

BRATTON, Michael; MATTES, ROBERT; GYIMAH-BOADI, E. Introduction. In: **Public Opinion , Democracy , and Market reform in Africa**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

BRITO, Luis De. A Democracia à Prova das Urnas: Elementos para um Programa de Pesquisa Sobre a Abstenção Eleitoral em Moçambique. In: Conferência Inaugural do IESE: Desafios Para a Investigação Social e Económica em Moçambique 2007, Maputo. **Anais...** Maputo

BRITO, Luis De. Um Olhar para a abtsenção eleitoral em 2014. In: BRITO, Luis et al. (Eds.). IESE ed. Maputo: IESE, 2017. p. 23–34.

BRITO, Luis. **Revisão da Legislação Eleitoral**, algumas propostas para o Debate. 2011.

Disponível em:

<http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2011/IESE_Des2011_4.RevLes.pdf>.

Acesso em: 3 jun. 2018.

CAU, Hilário Simões. **A Construção do Estado em Moçambique e as Relações com o Brasil**. 2011. Universidade Federal do Rio GRande do Sul, [s. l.], 2011. Disponível em: <https://sabi.ufrgs.br/F/AL4IGHLH4CLFY5VS2U63CTE1432T71YU52X4DFANAQYD69GF8T-24182?func=full-set-set&set_number=015696&set_entry=000007&format=999>

CUCO, Arcênio Francissco. **Caminhos e DEscaminhos do Processo de democratização de Moçamboque**: democratização pacífica ou uma trégua tensa? 2016. UFRGS, [s. l.], 2016.

FEDDERSEN, Timothy; SANDRONI, Alvaro. A theory of participation in elections. **American Economic Review**, [s. l.], v. 96, n. 4, p. 1271–1282, 2006. Disponível em: <http://www.econ.boun.edu.tr/content/old_files/ec44201/9337.pdf>. Acesso em: 28 maio. 2018.

GERDES, Paulo. **Mil e Tantas teses de doutoramento de moçambicanos ou sobre Moçambique**. 3 edição ed. Maputo.2013. Disponível em: <http://www.etnomatematica.org/BOOKS_Gerdes/1000_doctoral_theses_by_mozambicans_or_about_mozambique.pdf>

GYIMAH-BOADI, E.; BROBBEY, Victor. Ghana. **Countries at the Crossroads 2012**, [s. l.], p. 1–15, 2012. Disponível em: <<http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=702>>

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernização. Mudança Cultural e Democracia**: a sequência do desenvolvimento humano. Tradução Hilda Maria Lemos Pantoja Coelho. São Paulo: Editora Francis e Editora Verbena, 2009.

KEINERT, Fábio Cardoso; Silva, Dimitri Pinheiro. A gênese da Ciência Política brasileira. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 22, 2010.

KUENZI, Michelle; LAMBRIGHT, Gina M. S. Who votes in Africa ? An examination of electoral participation in 10 African countries. **Party Politics**, v. 17, n. 6, p. 767–799, 2010.

LOWI, Theodore. o Estado e a Ciênci Política ou como nos convertemos naquilo que estudamos. **BIB**, , v. 38, p. 3–14, 1994.

PASQUINO, Gianfranco. Capítulo 1: Naturaleza y Evolucion de la disciplina. In: PASQUINO, Gianfranco (editor) (Ed.). **Manual de Ciência Política**. 8ª edição ed. [s.l.] : Alianza Editorial, 1996.

ALMOND, Gabriel A.; POWELL, G. B. jr. **Comparative politics: a developmental approach**. Boston and Toronto: Litle, Brown and Company, 1966.

PPGCP. **Dados das 530 Teses e Dissertações defendidas no PPG DAS 530 PPG Ciência Política da UFRGS entre 1977-2019**. 2019. Disponível em:

<https://www.ufrgs.br/cienciapolitica/br/informativos/single/dados_das_530_teses_e_dissertacoes_defendidas_no_ppg_ciencia_politica_da_ufrgs_entre_1977-2019>. Acesso em: 14 ago. 2019.

PINTO, Ramos Pedro. Os trilhos da ciência política portuguesa: uma conversa com David Goldey. **Análise Social**, vol. XLVI (200), p. 605-610, 2011.

SEN, Amartya. Introdução: Desenvolvimento como Liberdade. In: **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2000. p. 135–187.

SHAAPER, Simon Aondohemba. Theories of the State : Perspectives on the Nigerian Variant. **European Scientific Journal**, v. 8, n. 20, p. 11–27, 2012.

SHAAPER, Simon Aondohemba. Evaluating the social contract theoretical ideas of Jean Jacques Rousseau : An analytical perspective on the state and relevance to contemporary society. **African Political Journal of Political Science and International relations**, v. 9, n. 2, p. 36–41, 2015.

ZECA, Emilio Jovando. **Segurança Nacional, Direito à Informação e Proteção do Segredo do Estado em Moçambique**: Desafios e Perspetivas. 2018. Universidade Federal do Rio Grande de Sul, Porto Alegre, 2018.

Submetido em: 05/09/2019

Aprovado em: 13/11/2019